

# ÉTICA E ESTÉTICA: O DESTINO DO LITORAL

*PAULO RENATO MESQUITA PELLEGRINO e SILVIO SOARES MACEDO*

*Colaboradores: Belmiro dos Santos Rodrigues Neto e Mauro Font*



## **A ARQUITETURA DA PAISAGEM EM BUSCA DE RESPOSTAS CONCRETAS**

Acompanhando o advento do movimento ambiental houve um aumento de preocupação e interesse com a estética da paisagem. Considerações a respeito das qualidades cênicas em planos de manejo territorial, de impactos visuais, resultantes de grandes obras passaram a ser correntes.

Mas este desejo de desenvolver formas de avaliação e intervenção na paisagem carregam ainda uma ênfase meramente visual muito forte, denotando as origens da estética da paisagem que encontra suas fontes na arte e literatura européias dos sécs. XVII, XVIII e XIX; como expressam as obras de um Lorrain, Watteau de Constable, que invocam imagens romanceadas de uma natureza idealizada. Esta visão tornou-se o paradigma da valoração das paisagens e o modelo dos parques urbanos e subúrbios residenciais até os dias de hoje.

Com a brutal evolução havida nas ciências ambientais, no conhecimentos dos elementos e no funcionamento da complexa e frágil rede de fenômenos que dão as condições de existência da vida neste planeta; houve uma ampliação da percepção ambiental e a própria estética da paisagem passou a responder necessariamente a uma mais holística ecologia da paisagem.

Surge então a imposição de que as apreciações das paisagens naturais e culturais sejam condizentes a uma ética ambiental, a um uso racional e sustentado do conjunto dos recursos que garantem a estabilidade e produtividade dos ecossistemas afetados. Da procura de princípios, métodos e técnicas para modelar a paisagem, o uso do solo e os recursos naturais, de modo que os ecossistemas humanos possam funcionar à maneira sustentada dos ecossistemas naturais, e que sirvam aos interesses do homem e da natureza.

## **LITORAL/PAISAGEM E PADRÕES DA OCUPAÇÃO**

A costa brasileira, como todo o território nacional, sofre neste final de século um intenso processo de ocupação antrópica, de uma destruição radical de seus recursos ambientais, de uma exploração máxima de seus valores cênicos e está, já, em muitos e importantes de seus segmentos se configurando numa grande avenida beira-mar, que em um futuro, talvez não tão próximo, vai estar percorrendo toda sua extensão de norte a sul do país.

Ela na realidade já existe e ocupa trechos significativos do Rio Grande do Norte, São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, etc. e por todo o ano, em especial nos meses de férias, milhões de pessoas são atraídas a centros de turismo em busca de sol e mar. Duas formas radicais de ocupação são aceitas, a primeira, aquela da praia bordejada de pistas de asfalto, com barracas de comida, prédios altos e casas seguindo o modelo consagrado pelas praias do Rio de Janeiro e Santos e em outro extremo a praia dita "deserta", local idílico, éden, onde sob coqueiros e em meio a um mar azul e areias alvas se tem para uns poucos conhecedores do lugar um simulacro do paraíso. A cada ano algumas praias são anexadas ao rol e roteiro das praias idílicas e pouco a pouco como a famosa Canoa Quebrada, tendem a ser anexadas ao roteiro de muitos milhares de turistas, são loteadas, o asfalto chega e o velho modelo de ocupação das praias do sol se repete.

Por outro lado, outras tantas partes da costa vão sendo ocupadas por instalações industriais de porte, terminais marítimos, etc. e vão tendo sua morfologia destruída e muitos de seus recursos consumidos, enquanto as águas se tomam inadequadas para pesca ou banhos (como é o caso extremo da baía de Guanabara, em grande parte de sua extensão).

Cada vez mais, à medida que as pressões da sociedade aumentam, no sentido de se agilizar a ocupação do país, o litoral deve ser considerado em toda a plenitude do seu potencial e não do ponto de vista funcional, utilitário, de lazer ou cênico. Ao longo de toda a costa, caracterizada a cada segmento por uma morfologia típica, abrigando ecossistemas importantes - dunas, matas, mangues, costões, restingas, bancos de coral, etc. se tem o *habitat* natural para formas de vida das mais diversas, tanto animais como vegetais e estas de muito servem ou poderão servir às comunidades humanas.

Os recursos existentes são incontáveis, tanto a nível da produção de alimentos, como para a indústria de processamento de algas, para o turismo etc. e estes são finitos. Finitos e muito poucas vezes renováveis com facilidade. A recuperação possível só se dará a partir de um alto investimento e em um tempo de maturação significativo, o que pode e causa sempre transtornos à sociedade.

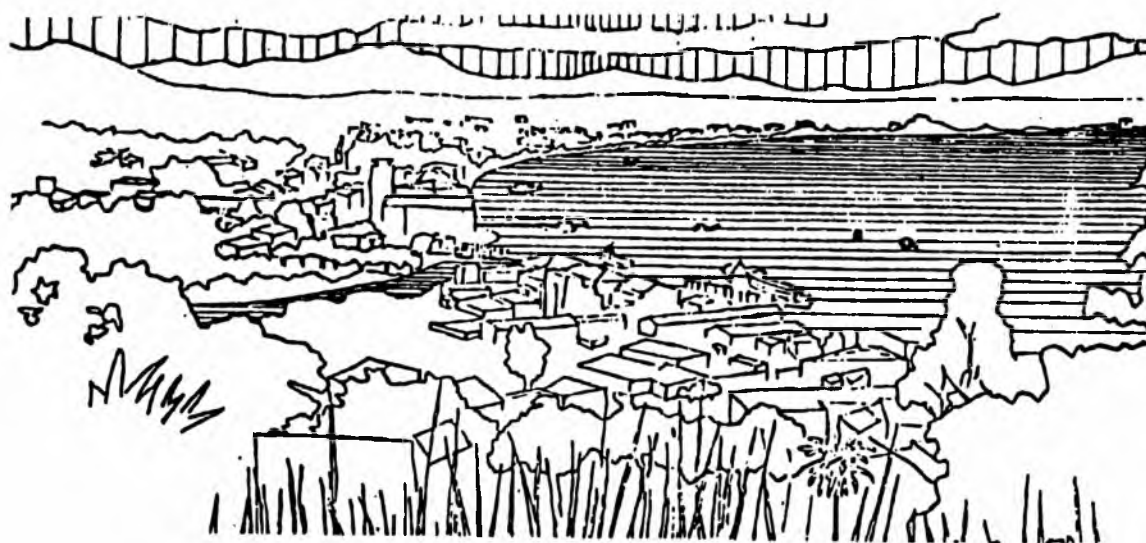
O processo de produção do espaço costeiro está se colocando em dúvida, pelas próprias contradições da sua organização. Cada novo loteamento construído tende a reproduzir na praia o ideário pelo menos do subúrbio urbano com suas casinhas isoladas ou em outros pontos, de alto valor, constituem situações de alta densidade de construção verticalizadas, tais quais bairros densos de cidades do interior do país. Se vai à praia para sair da cidade e suas formas de organização espacial, e se cai em sua réplica à beira-mar.

Não ocupar o litoral é um absurdo, mas certamente é um contra-senso às formas de ocupação vigentes. As próprias soluções paleativas existentes à criação de uns poucos

parques nacionais são pontuais e efetivamente têm pouco raio de alcance e outras formas de planejamento deste ambiente devem ser implementadas e algumas já estão em processo de efetivação.

Deve-se então avaliar cada lugar na costa pelos seus valores cênicos e ambientais, pela disponibilidade de recursos existentes, suas possibilidades de esgotamento, reposição e transformação e se encaminhar para uma definição mais clara de formas de ocupação, mais ou menos intensas na medida que se possam ter esta ou aquela forma de reposição ou convivência com o recurso, seja ele desde uma paisagem “bonita” até um mangueberçário animal e não tão bonito aos olhos do usuário/turista típico.

### ESTUDO DE CASO: ILHA COMPRIDA



Localiza-se no litoral sul do estado de São Paulo, em um complexo conhecido como Região Lagunar - Estuarina do Iguape e Cananéia, considerado como o quinto maior de importância lagunar do mundo. A ilha de 70 km de extensão por uma largura média de 3 km contém extensas praias, importantes segmentos florestados e de mangues, dunas e uma urbanização predatória que obedece estritamente aos padrões mais destrutivos dos recursos ambientais existentes (aproximadamente 220.000 lotes distribuídos em quase 200 loteamentos). A ilha cercada por inúmeras áreas de reserva é considerada uma APA - Área de Proteção Ambiental e somente agora passa a ser objeto de propostas oficiais efetivas (Fig. 1).

A partir do cruzamento de um conjunto de informações básicas obtidas na Secretaria do Meio Ambiente/SP, do material cartográfico disponível SEMA/IBGE/IGC e de estudo bibliográfico pertinente e da avaliação *in loco* das potencialidades paisagísticas

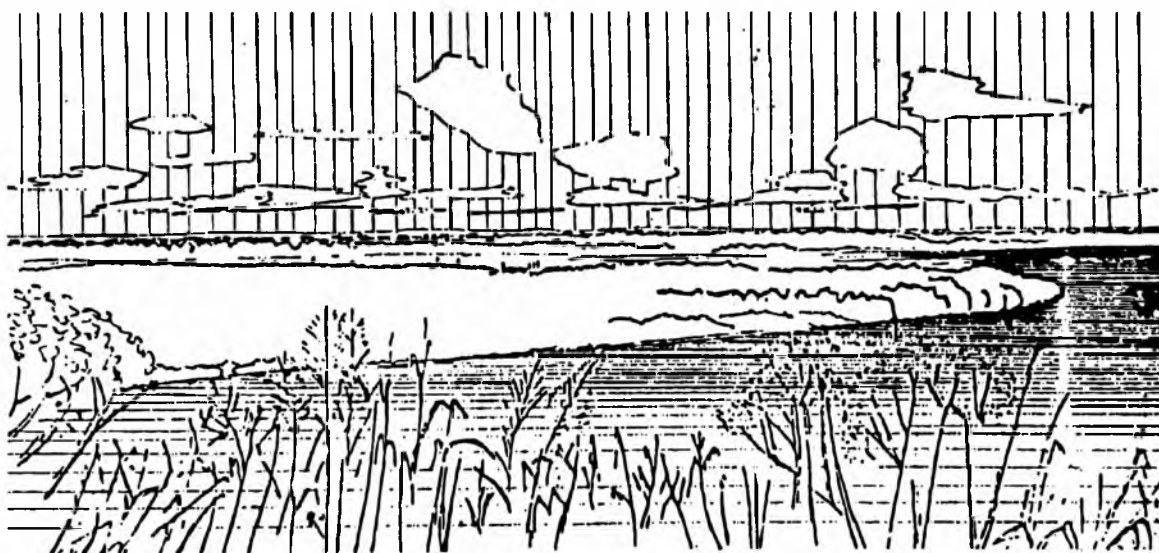
da ilha foram elaboradas pranchas temáticas representando o sistema natural em seus elementos bióticos e abióticos, o uso dos solos mostrando suas intensidades e tendências de expansão e uma compreensão do sistema ecológico e sócioeconômico do lugar, como resultado final obtiveram pranchas-sínteses de compatibilidades para uso humano e dos ecossistemas existentes (Fig. 2).

Três foram as propostas de configuração paisagística básica resultantes deste processo.

1. De ocupação linear da praia e preservação drástica do interior da ilha, mostrando um confronto direto entre a visão do idílico, do “éden” e da ocupação urbana tradicional (Fig. 3).

2. Setorização total do espaço da ilha, com definições morfológicas e funcionais de acordo com o meio existente. Limitação da urbanização e estabelecimento de níveis de controle, mas ainda carregada com uma grande ênfase a visão “verde/natural” (Fig. 4).

3. Ocupação urbana distribuída equitativamente por todo o espaço, criando-se uma hierarquia de ocupação de acordo com a maior ou menor sobreposição desejada da urbanização sobre os ecossistemas existentes, permitindo uma ocupação mais intensa, conservando os recursos disponíveis, atendendo a demanda de lazer/recreação e respondendo concretamente aos objetivos principais do exercício, mas não entrando ainda em um detalhamento preciso do projeto (Fig. 5).





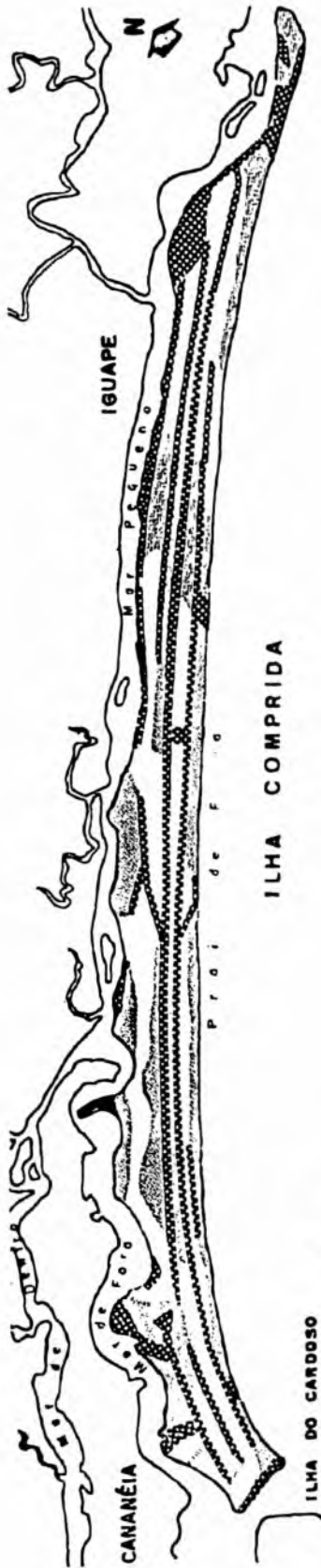


Fig. II

Cruzamento de dados-Síntese  
 Carta Geológica-Geotécnica  
 Carta de Drenagem  
 Ecossistemas

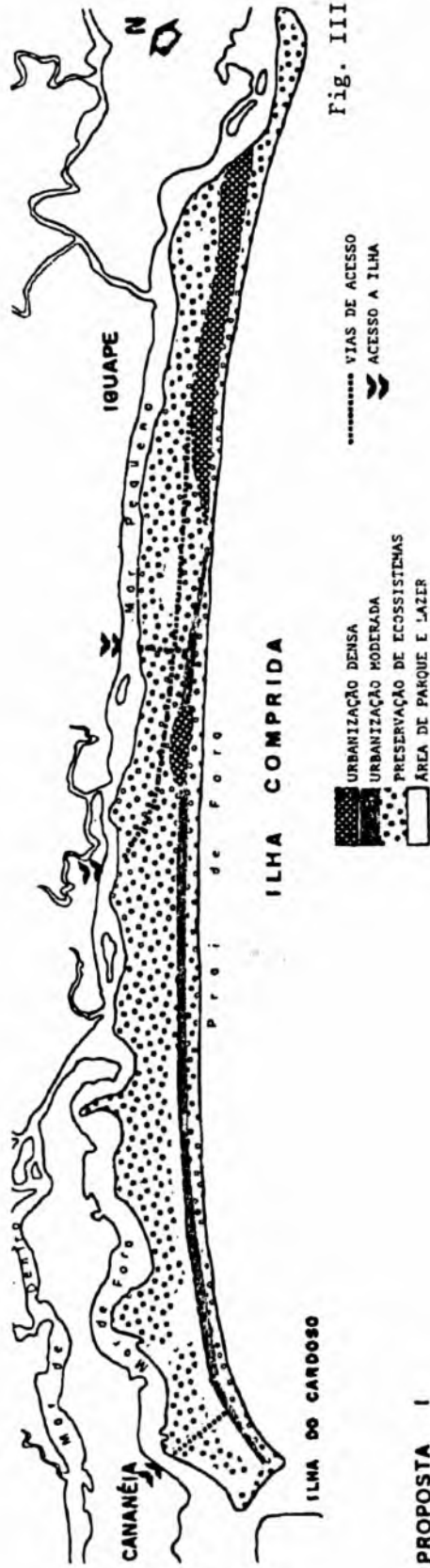
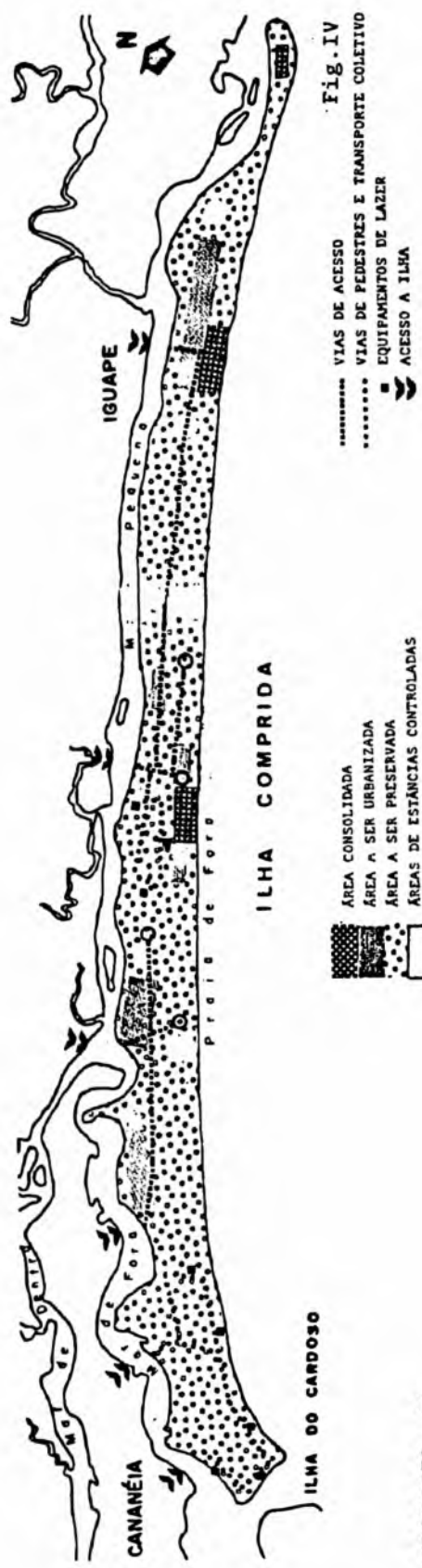
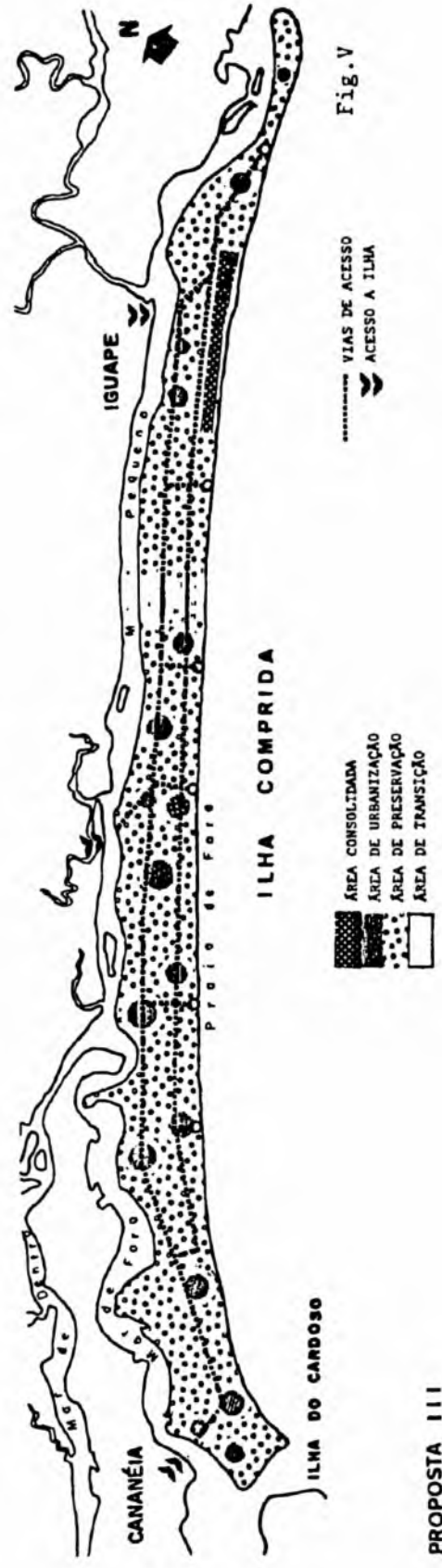


Fig. III

PROPOSTA I



PROPOSTA II



PROPOSTA III

## BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, Richard. *Designing the natural landscape*. New York: Van Nostrand Reinhold, Co. 1984.
- LYLE, John Tillman. *Design for human ecosystems: landscape, land use, and natural resources*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1985.
- MARETTI, Claudio Carrera; FILET, Martinus. Ilha Comprida: um desafio ao planejamento ambiental. In: *Ambiente*, v. 2, n. 2. p. 66-73. 1988.
- MARSH, William. *Environmental analysis: for land use and site planning*. New York: McGraw Hill, 1978.
- MEINIG, D. N. The Beholding Eye: ten versions of the same scene. *Landscape Architecture*, v. 66, n. 1, 1976.
- Relatório CEPAUSP - Sorocotuba (Guarujá), Prainha (Peruíbe), Morro de Santa Terezinha (Santos), Paúba (São Sebastião).
- ZUBE, Ervin H. et al. Landscape aesthetics and geography. In: *Environmental Review*, Fall, p. 31-55, 1988.

## REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

- IBGE - Carta do Brasil - Subaúma, Barra do Ribeira, Iguape, Ponta da Juréia, Pariquera-Açu, Ilha Anchieta, Caraguatatuba, Maresias, Ilha Grande, Santos, escala 1:50.000.
- IGC - Hipsometria do estado de São Paulo, 1982, escala 1:1.000.000.
- IGC - Carta de utilização da terra do estado de São Paulo. Santos - Iguape - Cananéia - 1979, escala 1:250.000.
- IGC - Folha Topográfica de Iguape - 1954, escala 1:250.000.
- SEMA - Mapa n. 2 APA de Iguape - Cananéia, escala 1:250.000.
- SEMA - Regularização da área de proteção ambiental da Ilha Comprida. Carta de Drenagem Interpretada, Carta Geológica-Geotécnica, Ecossistemas, Ocupação Urbana. 1989, escala 1:25.000.

Trabalho experimental desenvolvido em um segmento do curso de especialização "Paisagismo: Planejamento e Projeto", promovido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e a Fundação para a Pesquisa Ambiental, organizado pelo Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Disciplinas: O Ambiente na Paisagem Regional e Projeto Ambiental.

Professores: Paulo Renato Mesquita Pellegrino e Silvio Soares Macedo (responsáveis).

Colaboradores: Profs. Martha Emerich, Eugênio Fernandes Queiroga, Helena Napoleon Degreas, Emmanuel Antonio dos Santos e Rosana M. da Rocha.